Estratégia CONCURSOS

Aul

Sociologia p/ ENEM - RETA FINAL 2019 (Com Videoaulas)

Professor: Raphael de Oliveira Reis

Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais

Estrategiano, tudo bem?

Fico muito feliz em acompanhá-lo nesta reta final de preparação para o ENEM. Neste curso intensivo, selecionamos aqueles conteúdos que mais caem em Sociologia para você dar aquele gás e conseguir o teu objetivo!

Vamooo!

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Direitos, Cidadania e Movimentos sociais	3
2. Direitos, cidadania e movimentos sociais no Brasil	16
3. Resumo	29
4. Lista de Exercícios ENEM	30
5. Exercícios Comentados	44

Siga-me nas redes sociais:

Professor Raphael Reis

Professor Raphael Reis

profraphaelreis

Lista de E-MAIL

1 Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais

Esta é uma aula muito importante. Em todas as edições do ENEM foram cobradas questões sobre direitos, cidadania e movimentos sociais. Além disso, o conteúdo desta aula irá contribuir para a argumentação de sua redação no ENEM. Nesta aula, vamos entender o que são os direitos humanos, sua relação com a cidadania e seu processo de construção.

O debate sobre direitos humanos e sobre cidadania ocupa lugar de destaque na agenda política e no cotidiano de todos nós. Quando se fala de direitos humanos há debates acalorados. Parte da população, sem o exercício da reflexão crítica e influenciada muitas vezes pelo senso comum, denomina os direitos humanos como algo de intelectuais da esquerda para proteger bandidos, o que revela desconhecimento e reducionismo sobre o assunto.

A concepção de cidadania é relacionada a uma composição de diversos direitos (civis, políticos e sociais) que atendam cada vez mais a todos (mulheres, negros, crianças, adolescentes, consumidor, idosos, etc.). Surge a partir do Estado Moderno, principalmente com o Estado de Bem-Estar Social e consolidado no Estado Democrático de Direito, **ambos de fundamentação no pensamento liberal, que defende as liberdades individuais e a igualdade de todos perante a lei**. Ou seja, podemos desconstruir a ideia de que direitos humanos é uma concepção do pensamento de esquerda em sua origem.

ENEM 2017

Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o iluminismo.

Fonte: FORTES, L.R.S. O Iluminismo e os reis filósofos.

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

A) Modernização da educação escolar.

B) Atualização da disciplina moral cristã.
C) Divulgação de costumes aristocráticos.
D) Socialização do conhecimento científico.
E) Universalização do princípio da igualdade civil.

Analise: essa é uma questão interdisciplinar que abrange o conhecimento de Filosofia, História e Sociologia. Na verdade, o que ela está pedindo é uma relação histórica, na qual mostra a origem de um dos aspectos que fará parte dos direitos dos homens, direitos dos cidadãos.

A) Embora os iluministas valorizassem a educação, ela ainda não era de massa, para todos (isso só vai acontecer no contexto da revolução Industrial). Rousseau irá defender e propor uma educação para todos.
B) A maioria dos iluministas eram críticos da disciplina moral cristã.
C) Quando se fala em iluministas, a referência são os valores burgueses.
D) Embora incentivassem a divulgação do conhecimento (ver a Enciclopédia) e a saída da menoridade (Kant), a palavra socialização é anacrônica, uma vez que este termo será empregado principalmente pelo filósofo Karl Marx para a área econômica (socialização dos meios de produção).
E) **Gabarito. Os iluministas, influenciados por John Locke, defendiam a igualdade civil, traduzida na igualdade perante a lei. Isso irá influenciar os ideais da Revolução Francesa, da Declaração dos Direitos do Homem e será um dos princípios dos direitos humanos.**

É comum, não somente no Brasil, partidos considerados de esquerda ou de centro-esquerda incorporaram em suas lutas a defesa dos direitos humanos, enquanto partidos considerados de direita fizeram uma guinada ideológica ao conservadorismo político e/ou religioso, que tem dificuldade em aceitar e reconhecer alguns dos direitos humanos.

Outro senso comum é de que os direitos humanos são para defender bandidos ou que não existem direitos para os “humanos direitos” – esses bordões são utilizados em programas de televisão que difundem essa ideia. Pelo contrário, **os direitos humanos reconhecem a dignidade a todos e a aplicação da Lei a todos**. **Ou seja, para evitar a barbárie, a destruição de**

um pelo outro ou de arbitrariedades do próprio Estado é que se defende a aplicação do que é disposto no conjunto de leis.

Alguns podem pensar: “mas se uma pessoa rouba, mata ou estupra, como considerá-lo humano, portador de direitos?” Certamente são questões complexas e que geram muitos debates. Os direitos humanos como veremos vão muito além da questão penal (crimes) e têm como ponto de partido que todos são portadores de direitos. Nesses casos, o primeiro impulso é o revide com violência, a raiva e o aniquilamento do outro, ou seja, “fazer justiça com as próprias mãos”. No entanto, **o Estado não pode permitir a barbárie dos cidadãos e de seus agentes** (funcionários do Estado como, por exemplo, a força policial) e a “correção de um erro com outro erro”. Deve aplicar aquilo que é disposto em seu conjunto de leis e nos tratados internacionais nos quais é signatário, cujo objetivo idealizado institucionalmente, no caso penal, é a **ressocialização daquele que infringiu as regras sociais, por mais hediondo que um crime seja.**

Direitos Humanos vão muito além da questão penal como já dissemos. É uma iniciativa de **reconhecer a dignidade inerente a todos, evitar a barbárie, promover a igualdade e a liberdade de todos independente de raça, religião e gênero.**

Em âmbito mundial é com a **Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948**, que se estende a **liberdade e a igualdade de direitos a todos em vários aspectos**: econômico, social e cultural. Esses direitos estão acima de qualquer poder existente e em caso de violação devem ser punidos.

A Declaração de 1948 condenou qualquer tipo de escravidão e de tortura, estabeleceu o direito à liberdade de expressão e de consciência, o direito de ir e vir e o direito à educação e à cidadania.

Conheça os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, criada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

TOME NOTA!

Conquistas de direitos e o exercício da cidadania estão associados em nossa sociedade. Ao estudar a concepção de cidadania, o sociólogo **Thomas Marshall (1893-1981)** afirma que **a cidadania** não nasce pronta e acabada, mas é uma **construção gradativa de novos direitos, conquistados por diferentes atores sociais, ao longo da sociedade capitalista**.

Marshall valoriza a cidadania como elemento de mudança social. Define 3 tipos de direitos (civis, políticos e sociais) que configuram as garantias aos cidadãos – suas reflexões partem do desenvolvimento da sociedade inglesa.

Direitos Civis - XVIII	Este tipo de direito surge no século XVIII. Defende as liberdades pessoais de expressão e de culto religioso, o direito à propriedade, a liberdade contratual e de Justiça para mediar as relações e garantir os direitos.
Direitos Políticos - XIX	Este tipo de direito aparece no século XIX, com o Estado liberal baseado na representatividade. São criadas formas de participação política e através de movimentos sociais se efetivou no século XX, com a ampliação do direito ao voto por grande parte da população.
Direitos Sociais – XX	Este tipo de direito é resultado das lutas do século XX. Visa garantir a uma proteção básica ao cidadão: educação, assistência à

	saúde, transporte coletivo, sistema previdenciário, acesso amplo ao sistema judiciário, etc.

Os direitos civis, políticos e sociais estão fundamentados no princípio da igualdade, mas não podem ser considerados universais – o processo de construção dos mesmos não se deu de forma igual em outros países e muitos não têm esse tipo de configuração.

Como o próprio Marshall disse, cidadania é uma construção que perpassa pela luta e obtenção de novos direitos. No final do século XX e início do século XXI podemos perceber que outros direitos estão se consolidando, especificamente no que se refere aos consumidores (Código de Defesa do Consumidor), idosos (Estatuto do Idoso), crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), LGBTTIs (reconhecimento em 2011 pelo STF da união de pessoas do mesmo sexo), dos animais (medidas protetivas), etc.

TOME NOTA!

Em resumo, nas sociedades democráticas, cidadão é aquele que tem a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, cuja construção é constante e inserida em várias disputas. Para o pleno exercício da cidadania é importante lembrar que não basta estar no papel, mas sim que seja concretizada de fato e estendida a todos.

Podemos indagar se esses direitos são de fatos acessíveis e praticados por todos. Veja a charge abaixo, que mostra uma reflexão crítica:

Na sociedade contemporânea, como já vimos, os capitais econômicos, políticos e simbólicos têm distribuição desigual entre as pessoas e entre os grupos sociais. Assim, **a divisão dos direitos do cidadão em civis, políticos e sociais nem sempre dá conta de explicar a dinâmica social**. Uma outra forma de pensar a cidadania em sua concretude são as concepções de **cidadania formal e substantiva**.

PRESTE MAIS ATENÇÃO!!

A cidadania formal é aquela que é **garantida pelas leis**, que institui a igualdade das pessoas perante a lei, isto é, faculta ao cidadão a luta jurídica pelo reconhecimento de determinados direitos. **Isso é importante porque evita a tirania e reconhece que todos merecem tratamento igual**. Por outro lado, temos a **cidadania substantiva**, qual seja, aquela que **vivenciamos no cotidiano**, que muitas vezes impede a prática de fato da cidadania. Mostra que pode até existir a igualdade jurídica, que também é bastante questionável, mas principalmente aponta as **diversas desigualdades entre as pessoas em seus direitos básicos como educação de qualidade, acesso à moradia e de reconhecimento de suas demandas específicas** como as mulheres, os negros, pessoa com deficiência e pessoas LGBTTIs.

Os direitos em sua concretização real (não somente na lei) são vivenciados de formas diferentes, dependendo do grupo social pertencente. Um

exemplo é o direito clássico de ir e vir. Alguns espaços públicos são apropriados por particulares, que impedem a entrada de outras pessoas, como já aconteceu em alguns casos de condomínios fechados de proibirem a passagem em determinada via pública, impedindo a circulação livre dos cidadãos. Outro exemplo são os magnatas que tentam apropriar parte de algumas praias que perpassam por suas mansões, impedindo o acesso de outras pessoas. Assim, temos várias outras situações como os shoppings centers que contratam seguranças e vigias que barram qualquer pessoa que aparentemente podem trazer algum transtorno, por se apresentarem de forma "não condizente", isto é, pessoas sem poder de consumo.

A defesa dos direitos humanos convive com sua violação e muitas vezes um entendimento limitado do que realmente são. A diminuição do fosso que há entre aquilo que está previsto (cidadania formal) e aquilo que realmente acontece (cidadania substantiva) só será possível na medida em que houver mais debates públicos, luta constante, fortalecimento das instituições democráticas e atuação dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais têm papel fundamental neste processo de luta em defesa e conquista de direitos. São ações coletivas que visam a manter ou mudar determinada situação, podendo ter atuação local, regional, nacional ou até internacional.

As greves trabalhistas que reivindicam melhores salários e condições de trabalho; os protestos por melhorias no transporte, na habitação e na educação; as reivindicações de movimentos étnicos, feministas e ambientalistas são exemplos de atuação dos movimentos sociais.

Veja como este conteúdo é cobrado na prova:

ENEM 2018:

O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres,

mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício dos direitos políticos por mulheres, mas por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes do estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a

A) superação da cultura patriarcal.

B) influência das igrejas protestantes.

C) pressão do governo revolucionário.

D) fragilidade das oligarquias regionais.

E) campanha de extensão da cidadania.

Resolução: mais uma questão interdisciplinar (Sociologia e História). A questão aborda o direito ao voto pelas mulheres. Embora o estado do RN já tivesse o voto feminino desde 1928, nacionalmente, isso só foi possível em 1932 com o Código Eleitoral e com a incorporação deste na Constituição de 1934. Para presidente, as mulheres só votaram no final de 1945. Foi uma luta do movimento feminista para ampliar seus direitos (cidadania).

Os movimentos sociais podem ter uma característica mais organizada e estruturada, com planejamento sistemático de ações como acontece com o movimento feminista, que tem uma disseminação de ações através de coletivos em várias cidades ou podem ser conjunturais, para uma determinada demanda, como aconteceu na cidade de São Paulo, em 2013, quando houve o protesto do aumento da tarifa de ônibus.

Os movimentos sociais estão inseridos numa lógica de disputa por poder, de reconhecimento de suas demandas e vai depender do fator de mobilização e repercussão social para que suas ideias impacte a sociedade e pressione por formulação e políticas públicas de Estado.

Embora seja uma luta coletiva de indivíduos reunidos por afinidade, há também a realização pessoal, já que o indivíduo se sente representado por determinada bandeira de luta e ao participar expressa os seus sentimentos e pensamentos, buscando reconhecimento num processo coletivo.

Uma das características dos movimentos sociais é o confronto político. Ás vezes se posicionam contrários ao governo de uma determinada esfera ou

podem dar sustentação ao governo, dependendo de seus interesses e se suas pautas estão sendo atendidas ou não.

Podemos destacar pelo menos dois elementos de luta que os movimentos sociais utilizam para dar voz a suas demandas: **a greve e as manifestações nas ruas.**

A greve é o instrumento mais utilizado na História de luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho. A paralisação das atividades de uma ou mais empresas sempre se apresentou como uma estratégia eficiente para negociar suas demandas com os patrões e com os governos.

Tanto Marx como Durkheim analisaram também a greve em suas reflexões. **Para Durkheim, a greve é uma anomia**, ou seja, ausência de regras e normas que regulem as atividades produtivas e a organização das várias categoriais profissionais. A greve é vista como desordem que gera a desintegração social. Para o sociólogo francês, os interesses e desejos de alguns **grupos devem estar submetidos aos sentimentos gerais da sociedade,** e uma sociedade dividida não é "normal", porque **é necessário manter a solidariedade orgânica decorrente da divisão social do trabalho**.

Diferente de Durkheim, **Marx** vai perceber nas greves o ponto mais visível do **conflito de classes entre operários e empresários**, que também envolve o Estado. De um lado temos o trabalhador que só tem a força de trabalho para se defender; do outro lado temos o empresário que detém os meios de produção e representa o capital; e o Estado que irá mediar os conflitos e regular a relação entre trabalho e capital através da legislação e das decisões do Poder Judiciário. Nessa perspectiva, a tendência do **Estado é defender os interesses da burguesia** e **procurar a ordem social, podendo utilizar da força policial para reprimir os trabalhadores**.

Além da grave, vários movimentos sociais mobilizam aqueles que têm simpatia pela causa a **protestarem nas ruas**. Fazem marchas e caminham em ruas simbólicas de uma determinada cidade, **para mostrar a população suas**

bandeiras de lutas, solicitar apoio e pressionar os governos – geralmente protestam em frente às instituições que representam o poder legislativo ou executivo.

Outro elemento que ganha destaque é a **virtualidade**, já que muitos movimentos sociais utilizam da internet (site, blog, redes sociais) para divulgar suas ações e mobilizar pessoas.

Os movimentos sociais são os mais variados: movimento operário, movimento negro, movimento estudantil, movimento feminista, movimento ambientalista, movimento LGBTTI, movimento separatista, etc. Alguns desses movimentos possuem atuação centralizada como acontece, por exemplo, com os movimentos separatistas na Espanha (País Basco e Catalunha). Outros, devido ao processo de globalização, rompem as fronteiras geográficas e ganham adeptos por todo o mundo, a exemplo do *Greenpeace*, movimento ambientalista que já realizou várias ações em diversas partes do mundo.

Vamos conhecer alguns movimentos sociais contemporâneos, que tem repercussão em vários países:

Movimento trabalhista

Geralmente é organizado por sindicatos ou centrais. Como dissemos, desde o início da industrialização, a greve é a principal ferramenta de luta e de negociações.

Lutam por melhores salários e melhores condições de trabalho (conquistaram jornada de 8 horas, equiparação de salários entre homem e mulher que desenvolvem as mesmas funções e a regulamentação contra o trabalho infantil).

Atualmente, organizam ações internacionais para fazer frente ao desmanche neoliberal, que tenta flexibilizar garantias trabalhistas.

Uma das categorias profissionais mais fortes em seu caráter mobilizador e reivindicatório são os operários industriais, os professores e os bancários.

Movimento ambiental

Cada vez mais ganha destaque, já que a expansão industrial afeta o meio ambiente (a água, o ar e o solo). Com uso desenfreado dos recursos naturais e ampliação dos desmatamentos, além dos problemas hídricos em todo o mundo, coloca-se em risco a própria existência dos seres vivos e do planeta.

Os grupos fazem pressão por ações sustentáveis e de preservação. Tentam pressionar a produção de Leis com punição rigorosa para as indústrias, cujas ações são predatórias e poluentes.

Um dos maiores desafios são aqueles que precisam serem tratados globalmente como a emissão de gases que provocam o efeito estufa, o aquecimento do planeta e as alterações na camada de ozônio que protege a Terra. A poluição dos mares pelos navios petroleiros, a matança de baleias e o despejo de resíduos tóxicos são combatidos mundialmente também pelos grupos ambientalistas.

Movimento Feminista

As reivindicações feministas que questionam a posição da mulher na sociedade são antigas. Em 1791, Olympe de Gouges (1748-1793) encaminhou à Assembleia Nacional da França a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, para que fizesse parte da Constituição, no entanto, foi negada sua proposta.

Em texto publicado na época da Revolução Francesa dizia: “Diga-me quem te deu o direito soberano de oprimir meu sexo? Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino

deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade". Por causa de suas posições, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793.

De lá para cá, os movimentos feministas se consolidaram e as lutas cresceram. Conquistaram o direito de votar no século XX. No Brasil, esse direito foi estabelecido na Constituição de 1934.

Na década de 1940, ganha destaque o pensamento da pensadora existencialista **Simone de Beauvoir**, que escreveu o livro "O Segundo Sexo". Neste, há uma denúncia da desigualdade sexual, apontando que **ser mulher vai além da questão biológica, mas, sobretudo, é uma construção histórica**.

A construção social de que a mulher é inferior aos homens, mais fracas fisicamente e emocionalmente serviram desde a Antiguidade para manter a opressão dos homens e a condição de submissão das mulheres. Além de Simone de Beauvoir, outras feministas ganharam destaque com suas reflexões: Betty Friedan, Kate Miller e Juliet Mitchell.

As principais bandeiras defendidas na atualidade pelo movimento feminista são:

- crítica à sociedade patriarcal, estruturada na dominação do homem;
- igualdade de condições e de salários no trabalho;
- direito à liberdade de uso do corpo, no que se refere à reprodução, contracepção e aborto;
- questionamento da heteronormatividade e reconhecimento de outras manifestações da sexualidade;
- discussão sobre identidade corporal e sexualidade feminina.

ENEM 2018:

Tônico para a saúde da mulher. Disponível em: www.propagandashistoricas.com.br. Acesso em: 28 nov. 2017.

O anúncio publicitário da década de 1940 reforça os seguintes estereótipos atribuídos historicamente a uma suposta natureza feminina:

A) Pudor inato e instinto maternal.

B) Fragilidade física e necessidade de aceitação.

C) Isolamento social e procura de autoconhecimento.

D) Dependência econômica e desejo de ostentação.

E) Mentalidade fútil e conduta hedonista.

Resolução: questão de gênero sempre aparece no ENEM. A peça publicitária da época do Estado Novo acentua a fragilidade da mulher e as características valorizadas pela sociedade para que as mulheres fossem aceitas como saudáveis.

Gabarito: B

2. Direitos, cidadania e movimentos sociais no Brasil

Refletir sobre os direitos e a cidadania no Brasil é fazer uma reflexão "histórica a contrapelo". Se na Europa de Marshall os direitos foram desenvolvidos na ordem de direitos civis, políticos e sociais, no Brasil, segundo o historiador e cientista político, José Murilo de Carvalho, não se desenvolveu assim. Para ele, aqui tivemos primeiro os direitos sociais e depois os direitos políticos e civis.

Como você já estudou tanto nas aulas de Sociologia como nas aulas de História, **o Brasil desconheceu por muito tempo a noção liberal de liberdade individual e de igualdade perante a lei.** A escravidão durou praticamente 4 séculos e os homens considerados livres tinham direitos civis e políticos restritos e muitos desses direitos ficavam só no papel. **Os coronéis estavam acima da lei, porque o direito de ir e vir, a inviolabilidade de domicílios e a proteção da integridade física estavam submetidos aos seus mandos**.

Somente em meados da República Velha que começaram algumas conquistas como o direito de organização dos trabalhadores de poderem fazer greve, no entanto, aos olhos da oligarquia e dos governantes, **a questão social e as reivindicações eram uma "questão de polícia", de repressão**.

Outro fator é a **restrição do direito de votar**, de escolher. Como vimos na aula anterior, o **critério censitário e a exigência de alfabetização** para exercer o direito político fazia com que poucos pudessem fazer parte das **eleições – essas ainda eram controladas pelos coronéis** no chamado voto de cabresto.

ENEM 2018:

Rodrigo havia sido indicado pela oposição para fiscal duma das mesas eleitorais. Pôs o revólver na cintura, uma caixa de balas no bolso encaminhou-se seu posto. A chamada dos eleitores começou às sete da manhã. Plantados junto da porta, os capangas do Trindade ofereciam cédulas com o nome dos candidatos oficiais a todos os eleitores que entravam. Estes, em sua quase totalidade, tomavam docilmente dos papeluchos e depositavam-nos na urna, depois de assinar a autêntica. Os que se recusavam a isso tinham seus nomes acintosamente anotados.

VERISSIMO, E. O tempo e o vento.

Erico Veríssimo tematiza em obra ficcional o seguinte aspecto característico da vida política durante a Primeira República:

A) Identificação forçada de homens analfabetos.

B) Monitoramento legal dos pleitos legislativos.

C) Repressão explícita ao exercício de direito.

D) Propaganda direcionada à população do campo.

E) Cerceamento policial dos operários sindicalizados.

Resolução: mais uma baita questão interdisciplinar (Sociologia, História e Literatura). Fica evidente uma característica central da Primeira República (República Velha), qual seja: o voto de cabresto, no qual os eleitores tinham que atender por pressão a vontade política dos coronéis que estruturam o domínio das oligarquias estaduais. A arma e a coerção dos nomes anotados levam à repressão que, por conseguinte, restringe a cidadania.

Gabarito: C

Os direitos civis, políticos e sociais praticamente inexistiam no período colonial, imperial e na primeira república. A assistência social ficava sob responsabilidade das irmandades religiosas ou de sociedade de auxílio mútuo organizadas por pessoas leigas. Essas instituições funcionavam para quem contribuía, fazendo empréstimos e garantindo auxílios em caso de doenças. Ou seja, o Estado não se envolvia nestas questões.

Os direitos dos trabalhadores, os quais ganharam muita força nas cidades industrializadas como nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo quando previstos não eram respeitados. As autoridades faziam vistas grossas, como foi o caso da regulamentação da mão de obra infantil (1891) e do direito às férias (1926). No campo, as condições ainda eram piores. **Os trabalhadores rurais eram totalmente dependentes dos proprietários, desde sua alimentação a um remédio, numa relação paternalista**.

Embora previsto na Constituição Monarquista de 1824, a educação primária como obrigação do Estado nunca foi efetivada. Depois, com a Constituição Republicana de 1891, essa obrigação foi retirada e deixada para ser uma questão particular. Para se ter uma ideia, o Estado só se comprometeu com a educação obrigatória do ensino básico (o que hoje equivale o ensino fundamental), no período da Ditadura Civil-Militar, que precisava de mão de obra

para o desenvolvimento da indústria. Não é à toa que nosso país encontra ainda hoje vários desafios educacionais como o alto índice de analfabetismo funcional.

De 1930 a 1985, os direitos civis e os direitos políticos variaram bastante, sendo alguns restritos e outros abolidos. **Na Constituição de 1946** houve avanços nos direitos políticos, com **a extensão do voto tanto para homens como para mulheres** maiores de 18 anos (excluídos os analfabetos), o que fez o nível de participação aumentar: em 1945 era de 13,4% da população. Em 1950 era de 15,9% e em 1960 de 18%. Embora baixo, a participação estava crescendo.

TOME NOTA!

Os direitos sociais tiveram certa evolução, embora sempre controlados e supervisionados pelo Estado. Essa configuração fez o sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos chamar de **"cidadania regulada**", isto é, uma **cidadania restrita e sempre vigiada pelo Estado, do ponto de vista legal e/ou policial**.

Em plena a Ditadura do Estado Novo (1937-1945), alguns direitos sociais foram implementados, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), que estabeleceu um grande marco. Dentre as conquistas foi estabelecido a jornada de 8 horas diárias, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, férias remuneradas e salário mínimo.

Para garantir o que dispunha a CLT foi montada uma estrutura jurídica (Justiça do Trabalho), sindical e previdenciária (Instituto de Aposentadorias e Pensões). NesSa fase, os sindicatos ficaram sob a tutela do Estado, senão não eram reconhecidos e poderiam perder as proteções do Estado. Assim, acabavam perdendo a liberdade em agir de forma crítica e reivindicatória.

No período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), **os direitos civis e políticos foram restringidos**. Através dos Atos Institucionais tornavam lei a falta de direitos:

AI-1: editado em 09 de abril de 1964 cassou os direitos de vários militares, lideranças políticas, sindicais e intelectuais que se posicionaram contra o novo regime. Forçou a aposentadoria de funcionários públicos civis e militares.

AI-2: editado em 27 de outubro de 1965 aboliu a eleição direta para Presidente da República e impôs o bipartidarismo.

AI-5: fechou o Congresso Nacional e retomou o processo de cassação e de suspensão de direitos políticos, abolindo inclusive o *habeas corpus* para crimes considerados contra a segurança nacional (praticamente tudo). Impôs a censura à imprensa e às diversas formas de manifestação, como as de reunião. Os direitos civis foram extintos: o direito à grave foi proibido, a violação de domicílios era uma realidade, a violação de correspondências era uma prática comum, prisões arbitrárias e prática da tortura.

A partir de **1978**, no Governo Geisel, começou a abertura lenta e gradual. **Foi votado o fim do AI-5** e, em **1979**, foi **sancionada a Lei de Anistia**, que permitiu a volta dos brasileiros exilados. O processo de transição democrática foi conduzido pelos próprios militares, de forma indireta (eleição pelo Colégio Eleitoral) e colocando lideranças que não causariam problemas aos militares (Tancredo Neves/José Sarney).

Se no período da Ditadura Civil-Militar, os direitos civis e políticos foram extintos, alguns direitos sociais foram criados para transparecer um mínimo de cidadania para as autoridades internacionais. Foi implementado o Instituto Nacional de Providência Social (INPS), que abrangeu o trabalhador rural, os empregados domésticos e os trabalhadores autônomos e criou o regime próprio para o funcionalismo público. Estabeleceram como obrigatoriedade do Estado a garantia do ensino básico de 8 anos e incentivou a compra da casa própria pela população de baixa renda através de crédito facilitado.

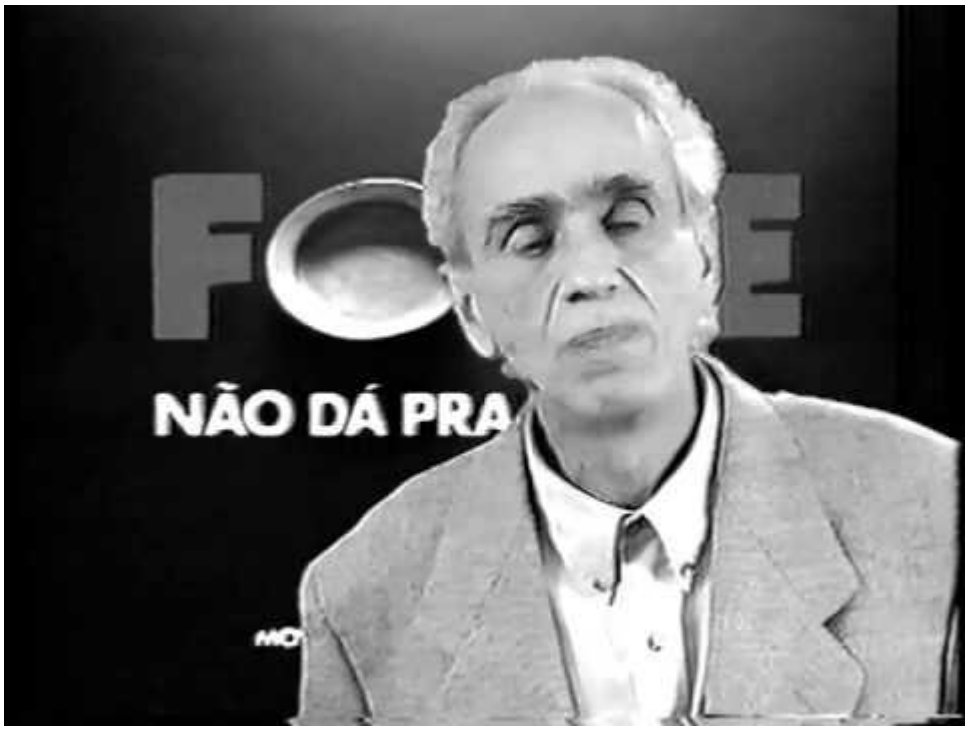
TOME NOTA!

Pela primeira vez na História de nosso país, os direitos civis, políticos e sociais foram garantidos e estendidos a todos em Lei com a Constituição de 1988. Esses direitos humanos estão acima dos governos

e legalmente definidos. Embora exista o avanço legal, não quer dizer que são efetivados na prática.

Infelizmente, os direitos civis nem sempre são respeitados, dependendo da classe social ou do lugar onde se vive, as liberdades individuais são violadas, inclusive pelo próprio Estado. Os direitos políticos têm amadurecido, mas ainda há a falta de um debate público mais amadurecido e é recorrente práticas clientelistas. Os direitos sociais são tratados pelos governos como “artigo de perfumaria” e muitas vezes a sociedade influenciada pelas concepções do Mercado tendem a achar que os direitos sociais não devem ser de responsabilidade do Estado. Por exemplo, mesmo diminuindo drasticamente em 2012 a fome, o Brasil ainda não conseguiu erradicá-la de seu território – 5% da população ainda sofre com a fome.

Um dos militantes em prol da cidadania e do combate à fome foi Herbert de Souza (1937-1997), o “betinho”. Confira o vídeo no qual ele chama atenção da sociedade e dos governos para o problema da fome e sua respectiva erradicação, como principal ato para que se possa falar em cidadania.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=P3ocrAqJY2E

Portanto, a nossa sociedade precisa de muitos avanços na concretização dos direitos civis, políticos e sociais. Distanciar das práticas autoritárias que

constituíram nosso país desde o período Colonial, que prejudica a concretização dos direitos civis. Lutar diariamente pela efetivação dos direitos políticos, buscando melhorias coletivas e de reconhecimento das demandas dos grupos que ainda denominados “minoria”. Lutar para a existência e consolidação de que a educação pública seja oferecida com qualidade. Que o sistema de saúde atenda sua população de forma eficiente, que haja segurança para todos, que os direitos trabalhistas sejam respeitados e que a moradia digna deixa de ser somente sonho**. Não é fácil, mas a cidadania é uma construção de longo prazo e de muitas lutas coletivas.**

2.1 Os Movimentos Sociais no Brasil

Há um mito no Brasil de que o brasileiro aceita tudo pacificamente, sem protestar, sem se mobilizar. Como veremos não é bem assim. Desde o período colonial, há registros de movimentos sociais que lutaram em defesa de suas ideias e interesses.

Os povos indígenas lutaram para não serem escravizados e para manter suas terras e seu modo de vida. Os escravos africanos também resistiram de várias formas. Uma delas foi a criação de quilombos em várias partes do Brasil – o mais famoso e que conseguiu uma organização mais complexa foi o Quilombo dos Palmares, localizado onde hoje é o atual estado do Alagoas e foi mantido de 1630 a 1694, reunindo mais 30 mil habitantes.

Ainda, no período colonial tivemos dois movimentos pela independência em relação a Portugal: a Conjuração Mineira (1789-1792) e a Conjuração Baiana (1796-1799). Ambas foram influenciadas pelos ideais da Independência dos E.U.A. A primeira foi um movimento organizado por parte da aristocracia, funcionários da própria coroa e de poetas de Minas Gerais contrários às arbitrariedades da Coroa Portuguesa e do processo da derrama. Queriam um governo republicano, mas não propunham o fim da escravidão, até mesmo porque os envolvidos eram proprietários de escravos. Já a Conjuração Baiana teve participação de vários grupos da sociedade. Defendiam a independência e o fim da escravidão, um governo republicano com liberdades plenas. Todos os

dois movimentos foram reprimidos violentamente e seus líderes foram presos, degredados ou enforcados.

No período imperial, especificamente no período regencial (1831-1840), tivemos aquilo que ficou conhecido como “revoltas ou rebeliões regionais” que, na verdade, a meu ver, são **guerras civis**, porque o uso do termo “revolta ou rebelião” esvazia as reivindicações desses movimentos. Os mais expressivos foram Cabanagem, 1835-1840 (PA); Balaiada, 1839 (MA); Confederação do Equador, 1824 (PE, PB, RN, CE); Revolução Praieira, 1848 (PE); Revolta dos Malês, 1835 (BA); Sabinada, 1837-1838 (BA); Guerra dos Farrapos, 1835-1845 (RS).

Todos os movimentos foram reprimidos violentamente, com muitas mortes e prisões. A ideia do governo era manter a unidade nacional e torná-los exemplos de não serem seguidos.

Na Primeira República (1889-1930) tivemos também a proliferação de movimentos sociais tanto no campo como nos centros urbanos.

Movimentos sociais no campo

Canudos	Aconteceu de 1893 a 1897, na Bahia. Foi liderado pelo líder messiânico Antônio Conselheiro, reunindo uma comunidade (cerca de 30 mil habitantes) em um arraial. A forma de organização era uma espécie de “comunismo primitivo”, sem propriedade privada, repartição do que era produzido e regras de condutas rigorosas, como a proibição do uso de bebida alcoólica e de brigas. O Arraial de Canudos incomodou as lideranças regionais e a Igreja Católica. Os coronéis, junto com o

	governo estadual e federal passaram a promover ataques a Canudos, até sua dizimação total. Euclides da Cunha retratou esse movimento e a repressão ao Arraial de Canudos em seu livro “Os Sertões”
Contestado	Ocorreu em 1912 a 1916, nos territórios dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Foi um movimento contrário as expulsões de vários trabalhadores do campo realizado por coronéis da região, em prol da instalação da empresa Brazil Railway Company, que iria montar uma ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Também de caráter messiânico, fora liderado por João Maria e depois José Maria, reunindo mais de 20 mil pessoas no movimento. Também foi duramente reprimido.

Movimentos sociais urbanos

Operários	Sob influência dos imigrantes, principalmente italianos, que já tinham passado por experiência de organização dos trabalhadores na Europa, muitas greves e protestos foram realizados. Também foram reprimidos e muitos imigrantes foram condenados por delitos ideológicos.

Tenentismo	Foi um levante de tenentes do exército em 1922, no Rio de Janeiro, contrário as oligarquias regionais e a estrutura de poder da República Velha. Criticavam a corrupção na administração pública e as eleições fraudulentas. Criticavam o modelo de agroexportação e defendiam educação pública abrangente. Se julgavam os salvadores da pátria, já que o povo não teria condições de realizar mudanças – característica autoritária e salvacionista. Ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro na posse do presidente Arthur Bernardes, mas o Exército controlou e sufocou o movimento.
Coluna Prestes	Em 1924, em continuidade ao movimento dos tenentes, no estado de São Paulo, ocorreu um levante, o que também foi reprimido. O líder da revolta, general Isidoro Dias Lopes se deslocou para o sul, para reunir mais homens e continuar a luta. Assim, nasceu a Colunas Prestes, que ao se encontrar com outros militantes revoltados liderados por Luiz Carlos Prestes, passaram a percorrer todo o território brasileiro com objetivo de mobilizar a população contra as oligarquias regionais.

	Foram também perseguidos, mas algumas de suas demandas foram atendidas.

Na Era Vargas houve um grande controle do Estado sobre a sociedade e pouco espaço para manifestações. Dois movimentos ganharam destaque: a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Luis Carlos Prestes, de tendência socialista que queria o cancelamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, o combate ao latifúndio e o Movimento da Ação Integralista Nacional, liderado por Plínio Salgado, de tendência fascista, que reunia setores conservadores da sociedade.

Em 1935, a ANL tentou um golpe que fracassou. Isso serviu para Vargas desencadear e proliferar a ameaça comunista, servindo como fundamentação para instaurar a ditadura do Estado Novo. O Movimento da Ação Integralista Nacional tentou também um golpe em 1938, mas fracassou.

De 1946 a 1964, a mais notória mobilização foi realizada no Governo João Goulart, na qual proliferou greves dos sindicatos dos trabalhadores contra o custo de vida, a exigência da aplicação das reformas de base e a defesa da volta do presidencialismo (nesse momento João Goulart estava governando numa espécie de parlamentarismo).

A eclosão de movimentos rurais e urbanos em várias partes do Brasil pressionavam João Goulart por reformas, ao mesmo tempo em que colocavam os setores conservadores da sociedade (civis e militares) em franca oposição ao governo, o que culminou no golpe de Estado de 1964.

Os movimentos sociais dos trabalhadores e dos estudantes continuaram contestando o atual regime até 1968, quando da promulgação do AI-5, que cassou todos os direitos civis e políticos, proibindo manifestações e reuniões. A partir disso surgiram os movimentos armados tanto no campo como nas cidades, como resistência ao regime. Promoveram sequestros (visando trocar prisioneiros do regime pelos sequestrados) e roubos a bancos (para financiamento das ações). No campo, foram montadas as guerrilhas como forma de mobilização. A mais conhecida é a Guerrilha do

Araguaia, apoiada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) – a repressão foi extensiva e dura.

No final da Ditadura Civil-Militar, as manifestações em prol da democratização foram intensas. O movimento “Diretas Já” liderado sobretudo pelos políticos do MDB e as greves no ABCD paulista, principal região industrial do Brasil, fizeram pressão para o aceleramento das mudanças.

No campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizado a partir de 1979 no sul do país estendeu suas ações por todo o território brasileiro, tendo apoio da Igreja Católica (Pastoral da Terra), do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, que propunham a reforma agrária e o direito à terra.

Atualmente há vários movimentos sociais em prol dos direitos humanos (civis, políticos e sociais), o que contribui com o debate público e politização da população. Nenhum desses movimentos até o momento se mostra como objetivo de conquistar o poder do Estado, mas sim de fazer valer seus direitos e conquistar outros.

TOME NOTA!

No Brasil, o movimento da população negra ganhou destaque nas últimas duas décadas, com conquistas como as **políticas afirmativas** (cotas em universidades públicas) e a **Lei 10.639/2003**, que garante o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todos níveis de escolaridade.

A atuação dos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas negras vem desde as lutas nos quilombolas. No final do século XIX e boa parte do século XX conseguiram organizar seus ideais através de jornais e revistas, o que ficou conhecido como **Imprensa Negra Paulista**. Em 1931, foi fundada a Frente Negra Brasileira, que se tornou partido em 1936, mas foi proibido e extinto no Estado Novo a partir de 1937.

Após o Estado Novo, os grupos voltaram a se organizar e formaram importantes entidades como a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro.

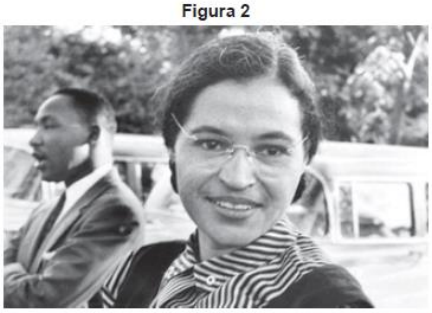
Na década de 60, os movimentos negros do Brasil sofreram influência das lutas nos E.U.A, as quais requeriam os direitos civis e políticos dos negros. Lá, Rosa Parks e Martin Luther King Jr. mobilizaram a população contra a segregação racial e reivindicaram os mesmos direitos que os brancos tinham.

ENEM 2018:

Figura 1

Disponível em: www.thehenryford.org. Acesso em: 3 maio 2018.

Figura 2



Disponível em: www.abc.net.au. Acesso em: 3 maio 2018.

Esse ônibus relaciona-se ao ato praticado, em 1955, por Rosa Parks, apresentada em fotografia ao lado de Martin Luther King. O veículo alcançou o estatuto de obra museológica por simbolizar o(a)

A) impacto do medo da corrida armamentista.

B) democratização do acesso à escola pública.

C) preconceito de gênero no transporte coletivo.

D) deflagração do movimento por igualdade civil.

E) eclosão da rebeldia no comportamento juvenil.

Resolução: Essa questão é interdisciplinar (Sociologia e História). A imagem do ônibus é emblemática, pois foi nele que aconteceu a resistência de Rosa Parks quando, em 1955, se recusou a ceder seu lugar a um homem branco. A partir daquele momento iniciaram vários movimentos nos EUA em prol da igualdade civil. É importante lembrar que um dos principais nomes da década de 1950 e 1960 foi o pastor Martin Luther King Jr., que por meio de seu movimento pacifista conseguiu derrubar a Lei de segregação racial e a prática do voto para pessoas negras. Um excelente filme que retrata bem esse contexto é Selma!

Gabarito: D

Nas décadas de 70 e 80, vários grupos são formados com o intuito de unir os jovens negros e denunciar o preconceito e a discriminação racial. Protestos e atos públicos das mais diversas formas passam a ser realizados, chamando a atenção da população e do governo para o problema social – surge o **Movimento Negro Unificado (MNU)**.

A partir desses movimentos é que foi possível os avanços de reconhecimento das demandas históricas dos negros, **cuja o processo de escravidão colocou essa população na subcidadania, excluindo-os de direitos civis, políticos e sociais por muito tempo.** A luta da população negra continua, até mesmo porque o "mito da democracia racial" ainda persiste em nossa sociedade e a discriminação com os negros é recorrente em pleno o século XXI, como casos evidentes e de repercussão como aconteceu com alguns jogadores de futebol e com a jornalista Maju, do Jornal Nacional.

3 Resumo

Cidadania: conquista de novos direitos que atendam cada vez mais aos mais diversos grupos sociais.

Direitos Humanos: dignidade das pessoas e aplicação da Lei a todos, para evitar a destruição de um pelo outro e a tirania do próprio Estado.

Teórico "Curinga" para qualquer tema da redação: sociólogo britânico Thomas Marshall

- Cidadania não nasce pronta e acabada;
- Cidadania é uma construção gradativa de novos direitos, conquistados por diferentes atores sociais;
- Cidadania como elemento de mudança social,
- No sistema capitalista (realidade europeia) foram desenvolvidos os seguintes direitos: civis (XVIII), políticos (XIX) e sociais (XX).

Cidadania formal (garantida na Lei) X Cidadania substantiva (concretizada no dia a dia.

Os movimentos sociais são atores importantes para conquista de direitos e defesa dos direitos humanos: movimento trabalhista, ambiental, feminino, negro, LGBTTI, etc.

4 Lista de Exercícios ENEM

1 ENEM 2016)

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 9 nov. 2011.

Para além de objetivos específicos, muitos movimentos sociais interferem no contexto sociopolítico e ultrapassam dimensões imediatas, como foi o caso das mobilizações operárias, ocorridas em 1979 na cidade de São Paulo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que lutavam por seus direitos, essas mobilizações contribuíram com o(a)

A) elaboração de novas políticas que garantiram a estabilidade econômica do país.
B) instalação de empresas multinacionais no Brasil.
C) legalização dos sindicatos no Brasil.
D) surgimento das políticas governamentais assistencialistas.
E) processo de redemocratização do Brasil.

2 ENEM 2016)

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
Brasília: Ministério da Educação, 2005.

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de

A) aumento da renda nacional.
B) mobilização do movimento negro.
C) melhoria da infraestrutura escolar.
D) ampliação das disciplinas obrigatórias.
E) politização das universidades públicas.

3 ENEM 2016)

A favela é vista como um lugar sem ordem, capaz de ameaçar os que nela não se incluem. Atribuir-lhe a ideia de perigo é o mesmo que reafirmar os valores e estruturas da sociedade que busca viver diferentemente do que se considera viver na favela. Alguns oficiantes do direito, ao defenderem ou acusarem réus moradores de favelas, usam em seus discursos representações previamente formuladas pela sociedade e incorporadas nesse campo profissional. Suas falas se fundamentam nas representações inventadas a respeito da favela e que acabam por marcar a identidade dos indivíduos que nela residem.

RINALDI, A. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

O estigma apontado no texto tem como consequência o(a)

A) aumento da impunidade criminal.
B) enfraquecimento dos direitos civis.
C) distorção na representação política.
D) crescimento dos índices de criminalidade.
E) ineficiência das medidas socioeducativas.

4 ENEM 2016)

O Movimento Negro Unificado (MNU) distingue-se do Teatro Experimental do Negro (TEN) por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defende a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional "híbrida", o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que, aos olhos desse movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teriam servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

No texto, são comparadas duas organizações do movimento negro brasileiro, criadas em diferentes contextos históricos: o TEN, em 1944, e o MNU, em 1978. Ao assumir uma postura divergente da do TEN, o MNU pretendia

A) pressionar o governo brasileiro a decretar a igualdade racial.
B) denunciar a permanência do racismo nas relações sociais.
C) contestar a necessidade da igualdade entre negros e brancos.
D) defender a assimilação do negro por meios não democráticos.
E) divulgar a ideia da miscigenação como marca da nacionalidade.

5 ENEM 2015)

Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou uma reforma na lei eleitoral brasileira, a fim de introduzir o voto direto. A grande novidade, porém, ficou por conta da exigência de que os eleitores soubessem ler e escrever. As consequências logo se refletiram nas estatísticas. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, já em 1886, pouco mais de 100 mil cidadãos participaram das eleições parlamentares. Houve um corte de quase 90 por cento do eleitorado.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Nas últimas décadas do século XIX, o Império do Brasil passou por transformações como as descritas, que representaram a

A) ascensão dos "homens bons".
B) restrição dos direitos políticos.
C) superação dos currais eleitorais.
D) afirmação do eleitorado monarquista.
E) ampliação da representação popular.

6 ENEM 2015)

A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que

A) essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.
B) esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
C) essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
D) esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
E) essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.

7 ENEM 2015)

Disponível em: www.rededemocratica.org. Acesso em: 28 set. 2012.

Na imagem, encontram-se referências a um momento de intensa agitação estudantil no país. Tal mobilização se explica pela

A) divulgação de denúncias de corrupção envolvendo o presidente da República.
B) criminalização dos movimentos sociais realizada pelo Governo Federal.
C) adoção do arrocho salarial implementada pelo Ministério da Fazenda.
D) compra de apoio político promovida pelo Poder Executivo.
E) violência da repressão estatal atribuída às Forças Armadas.

8 ENEM 2015)

O reconhecimento da união homoafetiva levou o debate à esfera pública, dividindo opiniões. Apesar da grande repercussão gerada pela mídia, a população ainda não se faz suficientemente esclarecida, confundindo o conceito de união estável com casamento. Apesar de ter sido legitimado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o reconhecimento da união homoafetiva é fruto do protagonismo dos movimentos sociais como um todo.

ARÊDES, N.; SOUZA, I.; FERREIRA, E. Disponível em: http://reporterpontocom.wordpress.com. Acesso em: 1 mar. 2012 (adaptado).

As decisões em favor das minorias, tomadas pelo Poder Judiciário, foram possíveis pela organização desses grupos. Ainda que não sejam assimiladas por toda a população, essas mudanças

A) contribuem para a manutenção da ordem social.
B) reconhecem a legitimidade desses pleitos.
C) dependem da iniciativa do Poder Legislativo Federal.
D) resultam na celebração de um consenso político.
E) excedem o princípio da isonomia jurídica.

9 ENEM 2015)

A razão principal que leva o capitalismo como sistema a ser tão terrivelmente destrutivo da biosfera é que, na maioria dos casos, os produtores que lucram com a destruição não a registram como um custo de produção, mas sim, precisamente ao contrário, como uma redução no custo. Por exemplo, se um produtor joga lixo em um rio, poluindo suas águas, esse produtor considera que está economizando o custo de outros métodos mais seguros, porém mais caros de dispor do lixo.

WALLERSTEIN, I. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis: Vozes, 2003.

A pressão dos movimentos socioambientais, na tentativa de reverter a lógica descrita no texto, aponta para a

A) emergência de um sistema econômico global que secundariza os lucros.
B) redução dos custos de tratamento de resíduos pela isenção fiscal das empresas.
C) flexibilização do trabalho como estratégia positiva de corte de custos empresariais.
D) incorporação de um sistema normativo ambiental no processo de produção industrial.
E) minimização do papel do Estado em detrimento das organizações não governamentais.

10 ENEM 2014)

PAIVA, M. Disponível em: www.redes.unb.br. Acesso em: 25 maio 2014.

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:

A) Civis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
B) Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
C) Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
D) Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.

E) Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

11 ENEM 2014)

Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização

A) política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
B) beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
C) paramilitar, voltada para o alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.
D) democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
E) internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

12 ENEM 2014)

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo", cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

A) anular a anistia concedida aos chefes militares.
B) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
C) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
D) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
E) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

13 ENEM 2014)

Parecer CNE/CP nº 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial — descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos — para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: www.semesp.org.br. Acesso em: 21 nov. 2013 (adaptado).

A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a

A) práticas de valorização indentitária.
B) medidas de compensação econômica.
C) dispositivos de liberdade de expressão.
D) estratégias de qualificação profissional.
E) instrumentos de modernização jurídica.

14 ENEM 2013)

Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres *gays* nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. *Gays* e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente *gay*. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. Na máquina do tempo. Época, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

A ampliação da noção de cidadania.
B) reformulação de concepções religiosas.
C) manutenção de ideologias conservadoras.
D) implantação de cotas nas listas partidárias.
E) alteração da composição étnica da população.

15 ENEM 2011)

No mundo árabe, países governados há décadas por regimes políticos centralizadores contabilizam metade da população com menos de 30 anos; desses, 56% têm acesso à internet. Sentindo-se sem perspectivas de futuro e diante da estagnação da economia, esses jovens incubam vírus sedentos por modernidade e democracia. Em meados de dezembro, um tunisiano de 26 anos, vendedor de frutas, põe fogo no próprio corpo em protesto por trabalho, justiça e liberdade. Uma série de manifestações eclode na Tunísia e, como uma epidemia, o vírus libertário começa a se espalhar pelos países vizinhos, derrubando em seguida o presidente do Egito, Hosni Mubarak. *Sites* e redes sociais – como o Facebook e o Twitter – ajudaram a mobilizar manifestantes do norte da África a ilhas do Golfo Pérsico.

SEQUEIRA, C. D.; VILLAMÉA, L. A epidemia da Liberdade. **Istoé Internacional**. 2 mar. 2011 (adaptado).

Considerando os movimentos políticos mencionados no texto, o acesso à internet permitiu aos jovens árabes

A) reforçar a atuação dos regimes políticos existentes.
B) tomar conhecimento dos fatos sem se envolver.
C) manter o distanciamento necessário à sua segurança.
D) disseminar vírus capazes de destruir programas dos computadores.
E) difundir ideias revolucionarias que mobilizaram a população.

16 ENEM 2011)

Movimento dos Caras-Pintadas

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil.

Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

A) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
B) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
C) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.

D) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionarias armadas.
E) tornou-se porta voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

17 ENEM 2011)

Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

SOUZA, M. A. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**: participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: http://www.ces.uc.pt. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

A) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
B) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
C) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
D) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
E propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

18 ENEM 2011)

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do "Dia da Consciência Negra".

Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2010 (adaptado).

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira, porque

A) legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
B) divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
C) reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
D) garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso a educação.
E) impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico racial do pais.

19 ENEM 2011)

Em meio às turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o "imperialismo" e seus "aliados internos".

KONDER, L. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados à União Democrática Nacional - UDN -, Igreja Católica, grandes empresários etc.) entendiam que esta organização

A) constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.
B) contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.
C) realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.
D) prestava um serviço importante a sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos
E) diminuía a forca dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

20 ENEM 2010)

De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Todas elas têm sido simplesmente uma dádiva do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar.

DANTAS, M. A força nacionalizadora do Estado Novo. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. **Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual, 1990.

A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a

a) Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado a autonomia para o exercício de atividades sindicais.
b) Legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos.

c) Criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.
d) Legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantindo-lhes vários direitos e formas de proteção.
e) Decretação da consolidação das leis do trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas dada classe operária.

21 ENEM 2010)

“Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando.

NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA, L. **História da Vida Privada no Brasil**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no País.

Disponível em: www.alemdanoticia.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=3871. Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas

a) À baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
b) À falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.
c) À constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.
d) A um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.
e) A uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

22 ENEM 2009)

O ano de 1968 ficou conhecido pela efervescência social, tal como se pode comprovar pelo seguinte trecho, retirado de texto sobre propostas preliminares para uma revolução cultural: "É preciso discutir em todos os lugares e com todos. O dever de ser responsável e pensar politicamente diz respeito a todos, não é privilégio de uma minoria de iniciados. Não devemos nos surpreender com o caos das ideias, pois essa é a condição para a emergência de novas ideias. Os pais do regime devem compreender que autonomia não é uma palavra vã; ela supõe a partilha do poder, ou seja, a mudança de sua natureza. Que ninguém tente rotular o movimento atual; ele não tem etiquetas e não precisa delas".

Journal de la comune étudiante. Textes et documents. Paris: Seuil, 1969 (adaptado).

Os movimentos sociais, que marcaram o ano de 1968,

A) foram manifestações desprovidas de conotação política, que tinham o objetivo de questionar a rigidez dos padrões de comportamento social fundados em valores tradicionais da moral religiosa.
B) restringiram-se às sociedades de países desenvolvidos, onde a industrialização avançada, a penetração dos meios de comunicação de massa e a alienação cultural que deles resultava eram mais evidentes.
C) resultaram no fortalecimento do conservadorismo político, social e religioso que prevaleceu nos países ocidentais durante as décadas de 70 e 80.
D) tiveram baixa repercussão no plano político, apesar de seus fortes desdobramentos nos planos social e cultural, expressos na mudança de costumes e na contracultura.
E) inspiraram futuras mobilizações, como o pacifismo, o ambientalismo, a promoção da equidade de gêneros e a defesa dos direitos das minorias.

23 ENEM 2009)

Entre 2004 e 2008, pelo menos 8 mil brasileiros foram libertados de fazendas onde trabalhavam como se fossem escravos. O governo criou uma lista em que ficaram expostos os nomes dos fazendeiros flagrados pela fiscalização. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que mais sofrem com a fraqueza do poder público, o bloqueio dos canais de financiamento agrícola para tais fazendeiros tem sido a principal arma de combate a esse problema, mas os governos ainda sofrem com a falta de informações, provocada pelas distâncias e pelo poder intimidador dos proprietários. Organizações não governamentais e grupos como a Pastoral da Terra têm agido corajosamente, acionando as autoridades públicas e ministrando aulas sobre direitos sociais e trabalhistas.

"Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo". Disponível em: http://www.mte.gov.br. Acesso em: 17 mar. 2009 (adaptado).

Nos lugares mencionados no texto, o papel dos grupos de defesa dos direitos humanos tem sido fundamental, porque eles

A) negociam com os fazendeiros o reajuste dos honorários e a redução da carga horária de trabalho.
B) defendem os direitos dos consumidores junto aos armazéns e mercados das fazendas e carvoarias.
C) substituem as autoridades policiais e jurídicas na resolução dos conflitos entre patrões e empregados.
D) encaminham denúncias ao Ministério Público e promovem ações de conscientização dos trabalhadores.
E) fortalecem a administração pública ao ministrarem aulas aos seus servidores.

24) ENEM 2017

QUESTÃO 81

Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, ou industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

A) incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.
B) criação de programas assistencialistas e controle de preços.
C) elevação da renda média e arrecadação de impostos.
D) garantia da cidadania e ascensão econômica.
E) ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

Questão	Gabarito
1	E
2	B
3	B
4	B
5	B
6	D
7	A
8	B
9	D
10	B
11	A
12	E
13	A
14	A
15	E
16	E
17	C
18	E
19	A
20	D
21	D
22	E
23	D
24	D

5 Exercícios Comentados

HORA DE
PRATICAR!

1 **ENEM 2016)**

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 9 nov. 2011.

Para além de objetivos específicos, muitos movimentos sociais interferem no contexto sociopolítico e ultrapassam dimensões imediatas, como foi o caso das mobilizações operárias, ocorridas em 1979 na cidade de São Paulo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que lutavam por seus direitos, essas mobilizações contribuíram com o(a)

A) elaboração de novas políticas que garantiram a estabilidade econômica do país.
B) instalação de empresas multinacionais no Brasil.
C) legalização dos sindicatos no Brasil.
D) surgimento das políticas governamentais assistencialistas.
E) processo de redemocratização do Brasil.

Análise: esSa é uma questão tranquila. É importante recordar que as greves ocorridas em 1978 e 1979 estavam inseridas no processo de abertura política lenta e gradual, que revogou o AI-5 (a greve volta a ser um instrumento legal) e estabeleceu a Lei da Anistia. As greves no final da década de 70 reuniram não somente os metalúrgicos do ABCD paulista, maior polo industrial brasileiro, mas também reuniu outras categoriais profissionais como professores, bancários, jornalistas, operários da construção civil, etc., que além de exigirem melhores condições de trabalho faziam pressão pela redemocratização do Brasil.

Gabarito: E

2 ENEM 2016)

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
Brasília: Ministério da Educação, 2005.

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de

A) aumento da renda nacional.
B) mobilização do movimento negro.
C) melhoria da infraestrutura escolar.
D) ampliação das disciplinas obrigatórias.
E) politização das universidades públicas.

Análise: esSa é uma questão fácil. A Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que as modalidades de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino obrigatório sobre o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Essa conquista é devido à pressão de longa data promovida pelos movimentos sociais negros.

Gabarito: B

3 ENEM 2016)

A favela é vista como um lugar sem ordem, capaz de ameaçar os que nela não se incluem. Atribuir-lhe a ideia de perigo é o mesmo que reafirmar os valores e estruturas da sociedade que busca viver diferentemente do que se considera viver na favela. Alguns oficiantes do direito, ao defenderem ou acusarem réus moradores de favelas, usam em seus discursos representações previamente formuladas pela sociedade e incorporadas nesse campo profissional. Suas falas se fundamentam nas representações inventadas a respeito da favela e que acabam por marcar a identidade dos indivíduos que nela residem.

RINALDI, A. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

O estigma apontado no texto tem como consequência o(a)

A) aumento da impunidade criminal.
B) enfraquecimento dos direitos civis.
C) distorção na representação política.
D) crescimento dos índices de criminalidade.
E) ineficiência das medidas socioeducativas.

Análise: essa é uma questão de complexidade média. O texto de suporte mostra que há estigmas que recaem sobre os moradores de áreas consideradas como favelas, porque no imaginário popular são pessoas potencialmente perigosas. Esse tipo de representação preconceituosa, segundo o autor, é incorporado por profissionais do campo do direito. Isso pode enfraquecer os direitos civis desses moradores como, por exemplo, serem tratados de forma degradante.

[A] é uma alternativa que reforça o estigma de uma potencialidade criminosa.

[C] o texto não trata sobre representação dos moradores da favela. Certamente, aqueles que vivem em regiões precárias também têm os seus direitos políticos enfraquecidos.

[D] é uma alternativa, assim como a A, que reforça o estigma, como se os moradores de favelas fossem potencialmente criminosos.

[E] também não trata sobre medidas socioeducativas e relacioná-las aos moradores de favelas é também reforçar o estigma de potencial perigoso.

Gabarito: B

4 ENEM 2016)

O Movimento Negro Unificado (MNU) distingue-se do Teatro Experimental do Negro (TEN) por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defende a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional "híbrida", o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que, aos olhos desse movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teriam servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

No texto, são comparadas duas organizações do movimento negro brasileiro, criadas em diferentes contextos históricos: o TEN, em 1944, e o MNU, em 1978. Ao assumir uma postura divergente da do TEN, o MNU pretendia

A) pressionar o governo brasileiro a decretar a igualdade racial.
B) denunciar a permanência do racismo nas relações sociais.
C) contestar a necessidade da igualdade entre negros e brancos.
D) defender a assimilação do negro por meios não democráticos.
E) divulgar a ideia da miscigenação como marca da nacionalidade.

Análise: essa é uma questão fácil, porque a resposta está no próprio texto de suporte. Segundo o autor, o Movimento Negro Unificado se distingue do Teatro Experimental Negro. O MNU tem discurso crítico sobre a integração simbólica dos negros na identidade nacional (o Brasil como constituição de várias identidades), porque para eles isso encobre os preconceitos e discriminações estruturados no mito da democracia racial e na suposta igualdade jurídica. Dessa forma, denunciam a continuidade da opressão, do racismo nas relações sociais.

Gabarito: B

5 ENEM 2015)

Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou uma reforma na lei eleitoral brasileira, a fim de introduzir o voto direto. A grande novidade, porém, ficou por conta da exigência de que os eleitores soubessem ler e escrever. As consequências logo se refletiram nas estatísticas. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, já em 1886, pouco mais de 100 mil cidadãos participaram das eleições parlamentares. Houve um corte de quase 90 por cento do eleitorado.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Nas últimas décadas do século XIX, o Império do Brasil passou por transformações como as descritas, que representaram a

A) ascensão dos "homens bons".
B) restrição dos direitos políticos.
C) superação dos currais eleitorais.
D) afirmação do eleitorado monarquista.
E) ampliação da representação popular.

Análise: essa é uma questão de dificuldade fácil. O historiador e cientista político, José Murilo de Carvalho, chama atenção para a cidadania no Brasil. Por muito tempo, os direitos civis, políticos e sociais foram restritos. No texto de suporte mostra que após modificações (Lei Saraiva de 1881) houve ainda mais uma restrição dos direitos políticos, o critério da alfabetização (ler e escrever), o que diminuiu drasticamente a quantidade de pessoas que poderiam participar das eleições.

Gabarito: B

6 ENEM 2015)

A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que

A) essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.
B) esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
C) essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
D) esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
E) essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.

Análise: essa é uma questão de dificuldade média, embora o texto de suporte praticamente indique a questão correta. O nosso conhecido José Murilo de Carvalho mostra que a população negra teve que enfrentar sozinha os caminhos para ascensão social, principalmente via habilidades individuais de destaque no esporte, na música e dança. Isso mostra que mesmo após a abolição, a igualdade não veio. A maioria eram analfabetos e estavam alijados do processo de inclusão educacional e do mercado de trabalho, ocupando posições inferiores na sociedade. Mesmo com algumas leis que garantissem a igualdade perante a lei, não eram efetivados na prática como, por exemplo, a criminalização da capoeira e a proibição de cultos de matriz africana. O autor mostra que o discurso do mito da democracia racial no Brasil, baseado numa suposta convivência harmônica entre as raças e de que todos têm os mesmos direitos esconde as formas de exclusão.

[A] a democracia racial foi defendida como argumentação de camuflar as desigualdades raciais no Brasil. Em outras nações como, por exemplo, os E.U.A, as diferenças eram mais marcantes no sentido de visíveis como a segregação racial. Além disso, o autor do texto de suporte não faz comparações entre nações.

[B] a defesa do mito da democracia racial é baseada na miscigenação das raças, mas não é isso que o autor quer mostrar. Na verdade, ele faz uma crítica a essa concepção.

[C] pelo contrário, dificultou a ascensão social dos negros, lançando-os a própria sorte nos pós abolição.

[E] o autor não faz essa relação em seu texto, porque quer demonstrar a exclusão social que persistiu aos afrodescendentes, mesmo quando havia alguma garantia legal.

Gabarito: D

7 ENEM 2015)

Disponível em: www.rededemocratica.org. Acesso em: 28 set. 2012.

Na imagem, encontram-se referências a um momento de intensa agitação estudantil no país. Tal mobilização se explica pela

A) divulgação de denúncias de corrupção envolvendo o presidente da República.
B) criminalização dos movimentos sociais realizada pelo Governo Federal.
C) adoção do arrocho salarial implementada pelo Ministério da Fazenda.
D) compra de apoio político promovida pelo Poder Executivo.
E) violência da repressão estatal atribuída às Forças Armadas.

Análise: infelizmente, a História de nosso país é marcada por corrupção tanto do Estado como do Mercado. Uma das maiores mobilizações estudantis foram os "caras-pintadas" na década de 1990, que protestavam contra as várias denúncias de corrupção envolvendo o Presidente da República - na época era Fernando Collor. Por ironia, ele é atualmente senador pelo estado de Alagoas.

Gabarito: A

8 ENEM 2015)

O reconhecimento da união homoafetiva levou o debate à esfera pública, dividindo opiniões. Apesar da grande repercussão gerada pela mídia, a população ainda não se faz suficientemente esclarecida, confundindo o conceito de união estável com casamento. Apesar de ter sido legitimado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o reconhecimento da união homoafetiva é fruto do protagonismo dos movimentos sociais como um todo.

ARÊDES, N.; SOUZA, I.; FERREIRA, E. Disponível em: http://reporterpontocom.wordpress.com. Acesso em: 1 mar. 2012 (adaptado).

As decisões em favor das minorias, tomadas pelo Poder Judiciário, foram possíveis pela organização desses grupos. Ainda que não sejam assimiladas por toda a população, essas mudanças

A) contribuem para a manutenção da ordem social.
B) reconhecem a legitimidade desses pleitos.
C) dependem da iniciativa do Poder Legislativo Federal.
D) resultam na celebração de um consenso político.
E) excedem o princípio da isonomia jurídica.

Análise: essa é uma questão fácil. As discussões que envolvem os direitos de pessoas LGBTTIs ainda encontram grande resistência por parte da população. Contudo, após pressão de movimentos sociais e avanços de direitos em outros países, o Brasil, através do Supremo Tribunal Federal ("guardião" da constituição) reconheceu como direito civil a união homoafetiva como forma de reconhecimento dos pleitos.

Gabarito: B

9 ENEM 2015)

A razão principal que leva o capitalismo como sistema a ser tão terrivelmente destrutivo da biosfera é que, na maioria dos casos, os produtores que lucram com a destruição não a registram como um custo de produção, mas sim, precisamente ao contrário, como uma redução no custo. Por exemplo, se um produtor joga lixo em um rio, poluindo suas águas, esse produtor considera que está economizando o custo de outros métodos mais seguros, porém mais caros de dispor do lixo.

WALLERSTEIN, I. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis: Vozes, 2003.

A pressão dos movimentos socioambientais, na tentativa de reverter a lógica descrita no texto, aponta para a

A) emergência de um sistema econômico global que secundariza os lucros.
B) redução dos custos de tratamento de resíduos pela isenção fiscal das empresas.
C) flexibilização do trabalho como estratégia positiva de corte de custos empresariais.
D) incorporação de um sistema normativo ambiental no processo de produção industrial.
E) minimização do papel do Estado em detrimento das organizações não governamentais.

Análise: essa é uma questão que eu considero de complexidade média. O texto faz uma crítica ao sistema capitalista, no qual os empresários preferem reduzir os seus custos com práticas ambientais prejudiciais ao meio ambiente, ao invés de investirem em descartes adequados e sustentáveis. Nesse sentido, os movimentos sociais ambientais têm lutado por leis rigorosas que regulamente a produção industrial, como tem acontecido com o descarte de resíduos sólidos, descarte de substâncias químicas e, em nível mundial, o controle da emissão de gases poluentes através de tratados internacionais.

[A] os movimentos sociais não propõem um sistema econômico alternativo, mas medidas protecionistas e sustentáveis.

[B] propõem uma legislação que regulamente a produção industrial e investimentos das empresas em processos adequados de descartes dos resíduos e de substâncias químicas.

[C] essa não é uma proposta dos movimentos socioambientais.

[E] pelo contrário, querem a atuação do Estado para regularizar e estabelecer normas.

Gabarito: D

10 ENEM 2014)

PAIVA, M. Disponível em: www.redes.unb.br. Acesso em: 25 maio 2014.

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:

A) Civis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
B) Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
C) Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
D) Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.
E) Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

Análise: essa é uma questão fácil. A charge faz uma crítica à Constituição Cidadã de 1988, que prevê uma série de direitos, entre eles os sociais como moradia, assistência à saúde, educação, alimentação, etc. Portanto, não restam dúvidas de que a alternativa correta é a [B]

Gabarito: B

11 ENEM 2014)

Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização

A) política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
B) beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
C) paramilitar, voltada para o alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.
D) democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
E) internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

Análise: essa é uma questão de dificuldade média. A Frente Negra Brasileira foi um movimento social constituído em 1931. Depois se transformou em partido político em 1936. Com o advento da ditadura do Estado Novo, em 1937, os partidos foram cassados. Era uma organização de caráter político e social que defendia os direitos da população negra.

[B] não se caracterizava como organização beneficente, e sim política, realizando ações para a afirmação dos direitos históricos.

[C] não tinha característica militar ou de resistência armada.

[D] queriam o reconhecimento e espaço para debaterem suas demandas e a conquista de direitos, o que pode ser caracterizado como uma organização democrático-liberal neste aspecto, contudo, não há associação com a Revolução Constitucionalista de 1932, que tinha como objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas.

[E] era um movimento nacional.

Gabarito: A

12 ENEM 2014)

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo", cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

A) anular a anistia concedida aos chefes militares.
B) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
C) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
D) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
E) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

Análise: a Comissão Nacional da Verdade, que teve repercussão nas 3 esferas do poder (municipal, estadual e nacional), por ação de movimentos sociais, procurou produzir e sistematizar memórias da época da Ditadura Civil-Militar, como entrevistas e novos documentos que pudessem esclarecer circunstâncias de violações aos direitos humanos, principalmente práticas de tortura e cerceamento da livre expressão do pensamento e da imprensa.

Gabarito: E

13 ENEM 2014)

> Parecer CNE/CP nº 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
>
> Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial — descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos — para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos.
>
> BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: www.semesp.org.br. Acesso em: 21 nov. 2013 (adaptado).
>
> A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a

A) práticas de valorização indentitária.
B) medidas de compensação econômica.
C) dispositivos de liberdade de expressão.
D) estratégias de qualificação profissional.
E) instrumentos de modernização jurídica.

Análise: esse parecer do Conselho Nacional de Educação está em consonância com a Lei 10.639/2003, que prevê o ensino da Cultura Africana e Afrodescendente, como forma de valorizar práticas indentitárias, reforçando a autoestima étnica e contribuindo com uma sociedade que saiba conviver com as diversidades.

Gabarito: A

14 ENEM 2013)

> Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres *gays* nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. *Gays* e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente *gay*. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.
>
> ROSS, A. Na máquina do tempo. Época, ed. 766, 28 jan. 2013.
>
> A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

A ampliação da noção de cidadania.
B) reformulação de concepções religiosas.
C) manutenção de ideologias conservadoras.
D) implantação de cotas nas listas partidárias.
E) alteração da composição étnica da população.

Análise: os E.U.A, geralmente é o modelo de sociedade democrática, das liberdades individuais e do liberalismo econômico e político. No entanto, sua História mostra que a construção de direitos e de cidadania também é uma construção. Podemos citar o processo de escravidão que gerou uma das mais brutais segregações raciais, que só começaram a modificar a partir da década de 1950 com os movimentos sociais negros liderados por Rosa Parks e Martin Luther King Jr. Não diferente, a sociedade dita “liberal” americana por muito tempo não aceitou os direitos de grupos LGBTTIs. Este reconhecimento de direitos se deu recentemente com a ampliação da noção de cidadania, pressionada por movimentos sociais e pelas mídias (cinema e televisão principalmente).

Gabarito: A

15 ENEM 2011)

No mundo árabe, países governados há décadas por regimes políticos centralizadores contabilizam metade da população com menos de 30 anos; desses, 56% têm acesso à internet. Sentindo-se sem perspectivas de futuro e diante da estagnação da economia, esses jovens incubam vírus sedentos por modernidade e democracia. Em meados de dezembro, um tunisiano de 26 anos, vendedor de frutas, põe fogo no próprio corpo em protesto por trabalho, justiça e liberdade. Uma série de manifestações eclode na Tunísia e, como uma epidemia, o vírus libertário começa a se espalhar pelos países vizinhos, derrubando em seguida o presidente do Egito, Hosni Mubarak. *Sites* e redes sociais – como o Facebook e o Twitter – ajudaram a mobilizar manifestantes do norte da África a ilhas do Golfo Pérsico.

SEQUEIRA, C. D.; VILLAMÉA, L. A epidemia da Liberdade. **Istoé Internacional**. 2 mar. 2011 (adaptado).

Considerando os movimentos políticos mencionados no texto, o acesso à internet permitiu aos jovens árabes

A) reforçar a atuação dos regimes políticos existentes.
B) tomar conhecimento dos fatos sem se envolver.
C) manter o distanciamento necessário à sua segurança.
D) disseminar vírus capazes de destruir programas dos computadores.
E) difundir ideias revolucionarias que mobilizaram a população.

Análise: essa é uma questão de complexidade média. Esses movimentos políticos foram denominados de “Primavera Árabe”, que ocorreram no Oriente Médio e Norte da África a partir de 2010, contra governos autoritários e a favor de mudanças, como melhores condições de vida, de oportunidades e de mudanças políticas para um regime mais aberto, democrático. Uma das características foi o uso da internet para mobilização da população e da opinião pública mundial. Muitos jovens participaram e organizaram as ações.

[A] eram contrários aos regimes existentes, de características ditatoriais e autoritárias.

[B] pelo contrário, mobilizavam e participavam das ações.

[C] houve muitos combates e enfrentamentos.

[D] esta é uma ação que não foi proposta pelos revolucionários da “Primavera Árabe”.

Gabarito: E

16 ENEM 2011)

Movimento dos Caras-Pintadas

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil.

Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

A) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
B) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
C) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.
D) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionarias armadas.
E) tornou-se porta voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

Análise: o movimento dos "caras-pintadas" liderado pelos movimentos estudantis na década de 1990 eram contrárias as denúncias de corrupção do governo Collor, influenciando o processo de impeachment

[A] não se pode falar que se alinharam aos partidos de oposição, devido à natureza heterogênea e muito menos organizaram as "Diretas Já", movimento este do período do final da Ditadura Militar.

[B] eram contrários à corrupção, mas a Lei da Ficha Limpa é uma discussão posterior, cuja Lei foi sancionada em 2010.

[C] nesse período a internet não era um espaço aglutinador, ainda era incipiente e de uso restrito.

[D] em nenhum momento se inspiraram em lutas armadas.

Gabarito: E

17 ENEM 2011)

Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

SOUZA, M. A. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**: participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: http://www.ces.uc.pt. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

A) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
B) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
C) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
D) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
E propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

Análise: como já vimos, os movimentos sociais têm como característica pressionar tanto o Estado como a sociedade para o reconhecimento e atendimento das demandas de determinados grupos, que buscam a efetivação e a conquista de direitos.

Gabarito: C

18 ENEM 2011)

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do "Dia da Consciência Negra".

Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2010 (adaptado).

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira, porque

A) legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
B) divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
C) reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
D) garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso a educação.
E) impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico racial do pais.

Análise: você certamente já percebeu que a Lei de nº 10.639/2003 é frequentemente mencionada nas provas do ENEM, por ela trazer um marco de reconhecimento e atendimento das demandas dos movimentos sociais negros. É uma forma de mostrar que a África também tem uma História, não somente de acontecimentos associados à História europeia. Busca mostrar as resistências dos negros ao longo da História e a valorização cultural e estética da população negra. Outro marco é o Dia da Consciência Negra nos calendários escolares, proporcionando momentos de debates e reflexões. Algumas cidades já estabeleceram a data como feriado.

Gabarito: E

19 ENEM 2011)

Em meio às turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o "imperialismo" e seus "aliados internos".

KONDER, L. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados à União Democrática Nacional - UDN -, Igreja Católica, grandes empresários etc.) entendiam que esta organização

A) constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.
B) contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.
C) realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.
D) prestava um serviço importante a sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos
E) diminuía a forca dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

Análise: essa é uma questão bacana de fazer. A UDN era um partido conservador, crítico de qualquer ação progressista. Enquanto os partidos de esquerda via no Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos

Estudantes (UNE), uma forma de crítica ao sistema capitalista e um meio de fortalecer a luta dos trabalhadores, os setores conservadores viam nestas iniciativas uma ameaça e difusão da ideologia comunista.

Gabarito: A

20 ENEM 2010)

De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Todas elas têm sido simplesmente uma dádiva do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar.

DANTAS, M. A força nacionalizadora do Estado Novo. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. **Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual, 1990.

A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a

A) Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado a autonomia para o exercício de atividades sindicais.
B) Legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos.
C) Criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.
D) Legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantindo-lhes vários direitos e formas de proteção.
E) Decretação da consolidação das leis do trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas dada classe operária.

Análise: essa é uma questão de complexidade difícil, porque as alternativas podem confundir e o texto de suporte não leva rapidamente a resposta. O texto de suporte expressa aquilo que o sociólogo Wanderley dos Santos chamou de cidadania regulada, que faz parte da História do Brasil, isto é, a cidadania fica sob o controle e vigilância do Estado em seu aspecto legal e/ou policial. Para evitar a intensificação de conflitos e atendendo ao movimento dos trabalhadores

que reivindicavam proteções sociais, Getúlio Vargas cria em 1943 as Leis Trabalhistas (CLT).

[A] foi criado o Ministério do Trabalho, no entanto, os sindicados eram tutelados e controlados por Vargas.

[B] teve também leis previdenciárias, mas não a proibição de migrantes participarem de sindicatos.

[C] a criação da Justiça do Trabalho não regulamentava as questões ideológicas consideradas perturbadoras. Para isso, havia outros órgãos.

[E] as leis trabalhistas contribuíram para que Vargas tivesse o apoio dos trabalhadores e o controle dos sindicatos e movimentos operários.

Gabarito: D

21 ENEM 2010)

"Pecado nefando" era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia "tão péssimo e horrendo crime", tão contrário à lei da natureza, que "era indigno de ser nomeado" e, por isso mesmo, nefando.

NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA, L. **História da Vida Privada no Brasil**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no País.

Disponível em: www.alemdanoticia.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=3871. Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas

A) À baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
B) À falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.
C) À constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.

D) A um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.

E) A uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

Análise: a Idade Média influenciou o período colonial no Brasil, o que pode ser visto na questão da sodomia (relação sexual anal), que foi vista com uma prática pecaminosa pela Igreja Católica e outras religiões. Ainda, em nossa atualidade, há uma dificuldade de aceitar as diversas orientações e identidades relacionadas à sexualidade (ver as discussões atuais sobre gênero e família), que se distanciam daquilo que é considerado normal (heterossexualidade). Essa intolerância e classificação de qual sexualidade é a correta e a normal, para Foucault, é uma iniciativa de disciplinar os corpos e controlá-los.

Gabarito: D

22 ENEM 2009)

O ano de 1968 ficou conhecido pela efervescência social, tal como se pode comprovar pelo seguinte trecho, retirado de texto sobre propostas preliminares para uma revolução cultural: "É preciso discutir em todos os lugares e com todos. O dever de ser responsável e pensar politicamente diz respeito a todos, não é privilégio de uma minoria de iniciados. Não devemos nos surpreender com o caos das ideias, pois essa é a condição para a emergência de novas ideias. Os pais do regime devem compreender que autonomia não é uma palavra vã; ela supõe a partilha do poder, ou seja, a mudança de sua natureza. Que ninguém tente rotular o movimento atual; ele não tem etiquetas e não precisa delas".

Journal de la comune étudiante. Textes et documents. Paris: Seuil, 1969 (adaptado).

Os movimentos sociais, que marcaram o ano de 1968,

A) foram manifestações desprovidas de conotação política, que tinham o objetivo de questionar a rigidez dos padrões de comportamento social fundados em valores tradicionais da moral religiosa.

B) restringiram-se às sociedades de países desenvolvidos, onde a industrialização avançada, a penetração dos meios de comunicação de massa e a alienação cultural que deles resultava eram mais evidentes.

C) resultaram no fortalecimento do conservadorismo político, social e religioso que prevaleceu nos países ocidentais durante as décadas de 70 e 80.

D) tiveram baixa repercussão no plano político, apesar de seus fortes desdobramentos nos planos social e cultural, expressos na mudança de costumes e na contracultura.

E) inspiraram futuras mobilizações, como o pacifismo, o ambientalismo, a promoção da equidade de gêneros e a defesa dos direitos das minorias.

Análise: os movimentos de estudantes de 1968 se espalharam por vários países, reivindicando a valorização da juventude, regimes democráticos e oportunidades de trabalho. Influenciaram vários movimentos sociais como o ambientalismo, promoção de gênero e defesa das minorias.

Gabarito: E

23 ENEM 2009)

Entre 2004 e 2008, pelo menos 8 mil brasileiros foram libertados de fazendas onde trabalhavam como se fossem escravos. O governo criou uma lista em que ficaram expostos os nomes dos fazendeiros flagrados pela fiscalização. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que mais sofrem com a fraqueza do poder público, o bloqueio dos canais de financiamento agrícola para tais fazendeiros tem sido a principal arma de combate a esse problema, mas os governos ainda sofrem com a falta de informações, provocada pelas distâncias e pelo poder intimidador dos proprietários. Organizações não governamentais e grupos como a Pastoral da Terra têm agido corajosamente, acionando as autoridades públicas e ministrando aulas sobre direitos sociais e trabalhistas.

"Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo". Disponível em: http://www.mte.gov.br. Acesso em: 17 mar. 2009 (adaptado).

Nos lugares mencionados no texto, o papel dos grupos de defesa dos direitos humanos tem sido fundamental, porque eles

A) negociam com os fazendeiros o reajuste dos honorários e a redução da carga horária de trabalho.
B) defendem os direitos dos consumidores junto aos armazéns e mercados das fazendas e carvoarias.
C) substituem as autoridades policiais e jurídicas na resolução dos conflitos entre patrões e empregados.
D) encaminham denúncias ao Ministério Público e promovem ações de conscientização dos trabalhadores.
E) fortalecem a administração pública ao ministrarem aulas aos seus servidores.

Análise: infelizmente em regiões onde o Estado não se faz presente, as leis que deveriam valer para todos, ficam debilitadas e não há como o cidadão lutar juridicamente por sua efetivação ou reivindicar um direito. Como mostra o texto de suporte, por incrível que pareça, em pleno o século XXI, em muitas fazendas foram encontradas pessoas que trabalhavam em regime de escravidão. Com a ausência da estrutura burocrática, fiscalizatória e punitiva do Estado, as ONGs e a Pastoral da Igreja Católica têm tido papel essencial em denunciar estas irregularidades e desrespeitos com os direitos humanos – muitas de suas lideranças são assassinadas pelos "coronéis", pelos proprietários de fazendas.

Gabarito: D

24 ENEM 2017)

QUESTÃO 81

Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, ou industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

A) incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.
B) criação de programas assistencialistas e controle de preços.
C) elevação da renda média e arrecadação de impostos.
D) garantia da cidadania e ascensão econômica.
E) ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

Análise: o texto é bem objetivo em seu posicionamento: as liberdades dependem de serviços básicos de proteção à dignidade do ser humano como educação, saúde e garantia dos direitos civis. Esta ideia é fundamentada no modelo de Estado de bem-estar social, que defende o desenvolvimento econômico e social.

Gabarito: D

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.